



REPORT

Setores público e privado unem forças para explorar potencial da infraestrutura nordestina

ABRIL, 2023

Diagramação: Matheus Giuliano Geraldi

Introdução

Março marcou a segunda edição do Infra Nordeste GRI, conferência de infraestrutura que acontece em Salvador e reúne tomadores de decisão do setor público, holdings, concessionárias, investidores, instituições financeiras e bancos multilaterais para discutir perspectivas de investimento e oportunidades para potencializar o setor de infraestrutura na região.

O evento demonstrou-se extremamente relevante para stakeholders públicos e privados estabelecerem uma linha de diálogo e identificar prioridades, gargalos logísticos e problemáticas que precisam ser trabalhadas para fomentar o desenvolvimento regional. Com a premissa de que o Nordeste foi um ponto de força do presidente Lula nas últimas eleições, os participantes esperam maiores investimentos na região provenientes do governo federal.

Os debates aconteceram em sessões simultâneas sobre energia, transportes, iluminação pública, resíduos sólidos e infraestrutura social, nas quais se discutiu: redes logísticas eficientes para uma integração intermodal; ampliação de energia renovável e estratégias de transmissão de energia elétrica; projetos prioritários para reverter o déficit em saneamento básico, bem como o avanço de blocos regionais para atingir a universalização; prioridades federais para o desenvolvimento da região; modelo ideal para melhorias em gestão hospitalar; malha rodoviária e mobilidade urbana; e expansão do fornecimento de gás.

Veja, a seguir, as conclusões extraídas das sessões.



Nordeste enfrenta o desafio da integração intermodal

O avanço de diversos setores da economia nordestina criou um desafio novo para a região: a integração de modais. A melhoria da infraestrutura aeroportuária, viabilizada pela chegada do investimento privado, por exemplo, é destaque positivo na região. No entanto, avanços ainda precisam ser alcançados em portos e ferrovias.

Responsável pela movimentação de quase metade de toda a operação portuária na região, o Porto de Itaqui (MA) tem se sobressaído na operação graneleira de sólidos e líquidos, bem como de contêineres. Apesar de sua fortaleza na exportação de grãos (13 milhões de toneladas), a operação precisa contar com o avanço das ferrovias Norte-Sul e Carajás, que estão com falta de equipamentos - como material rodante -, dificultando um maior fluxo de carga.

Ainda sobre a conexão ferroviária com os portos, executivos apontam a falta de investimentos na conclusão de projetos importantes, como a Ferrovia Transnordestina e a Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol), e na expansão de outros projetos - como é o caso da Ferrovia Centro-Atlântica.

Hoje, boa parte da carga containerizada, cujo destino é o Nordeste, é despachada pelos portos do Sudeste, o que amplia significativamente o tempo de trânsito desses produtos, e a supracitada integração entre portos e ferrovias pode reduzir o prazo de 15 a 20 dias para 8 a 10 dias.



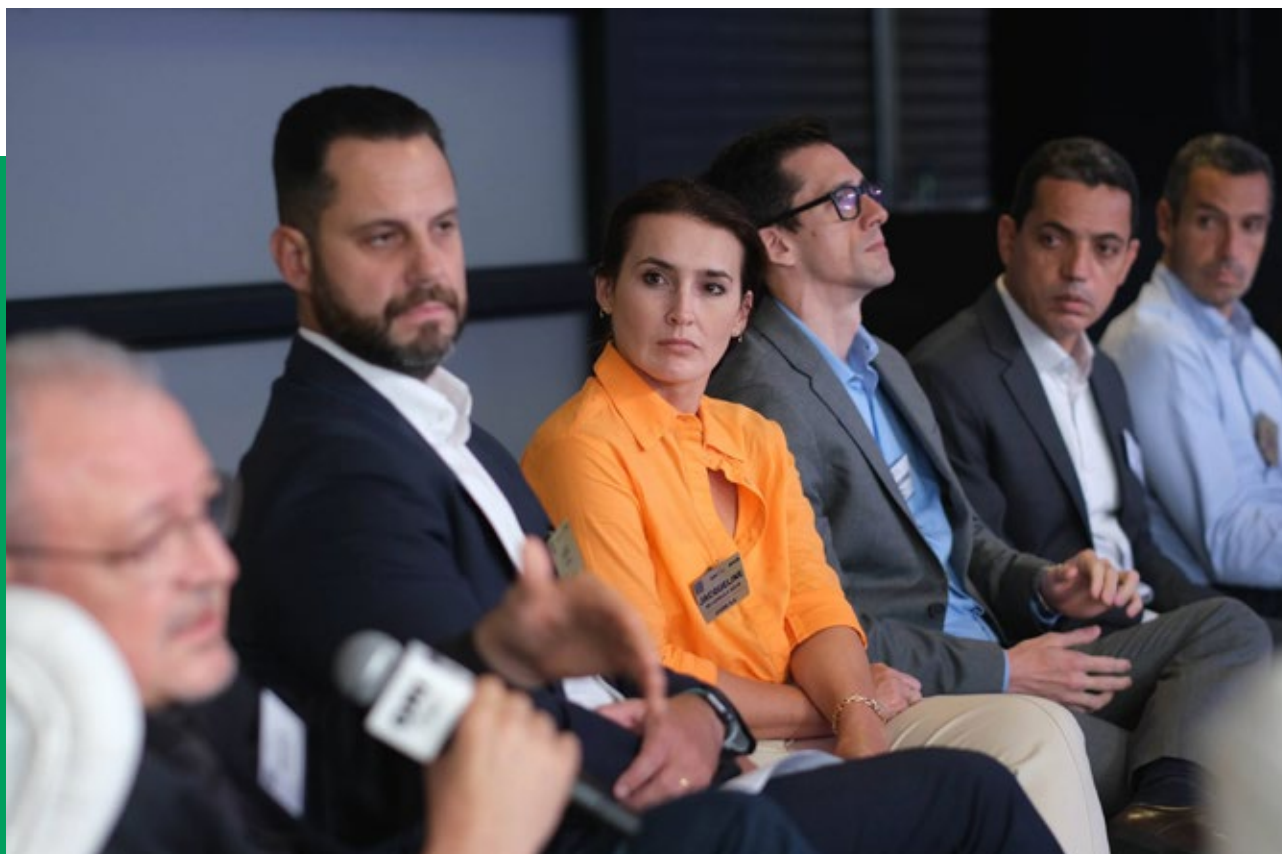
Geografia nordestina favorece implementação de projetos sustentáveis

A geografia do Nordeste e as suas características climáticas, de elevado índice de insolação e ventos constantes durante todo o ano, transformam a região no ambiente perfeito para a implementação de projetos e investimentos em energias renováveis.

Neste sentido, ganham relevância as discussões acerca da instituição de um marco regulatório para exploração da energia eólica offshore, que conta com apoio de diversos estados e que pode alavancar a produção de energia sustentável no Brasil.

Um grande potencial para investimentos nos próximos anos é a energia solar, por causa dos elevados índices de radiação e pela baixa quantidade de chuvas. Os participantes indicam o Aeroporto Internacional de Salvador como uma das iniciativas pensadas para geração própria de energia, implementando ali um parque solar que diminuiria os custos e contribuiria com uma agenda de sustentabilidade.

Esse e outros pontos integram o processo de transição energética na região, com o objetivo de atrair investimentos para áreas com baixo poder aquisitivo a fim de gerar emprego, renda e desenvolvimento social.



Saneamento depende da estruturação de blocos de municípios

O Nordeste possui a difícil missão de reverter o déficit de saneamento básico e universalizá-lo: 74% da população têm abastecimento de água potável e apenas 30% possuem coleta de esgoto - 76% destes com algum nível de tratamento. É importante ressaltar que a região totaliza 55 milhões de habitantes.

O principal desafio na mudança deste parâmetro é a reunião de municípios, que, constitucionalmente, possuem a titularidade do serviço em blocos para viabilizar a concessão privada.

O ponto positivo é o apoio de instituições financeiras na estruturação dos projetos. Além da importante colaboração do BNDES, o Banco do Nordeste também entrou neste esforço. A ponderação de diversos agentes do setor, entretanto, é em relação ao modelo.

Não é possível criar um modelo único para abarcar realidades tão diferentes. Cada região, bacia hidrográfica ou mesmo município possuem carências específicas, o que deve ser levado em consideração. Desta forma, a nova fase de ações para ampliar o número de concessões consiste na criação de modelagens distintas para blocos que sejam criados em determinadas regiões.



O papel do setor privado na regionalização do saneamento

Em um diálogo sobre como tornar realidade os blocos regionais e o melhor modelo para alcançar os números estabelecidos pelo Novo Marco do Saneamento Básico, os participantes sugeriram o redesenho de projetos para que haja blocos maiores que possam ser trabalhados pelos Estados, sendo mais atrativos para o investimento privado - mesclando municípios menores com as “jóias da coroa”.

Nesse sentido, Minas Gerais, que guarda proximidade geográfica e similaridades sociais com o Nordeste brasileiro, foi citado como exemplo de uma estruturação que pode gerar bons frutos para a região - o estado possui, atualmente, 20 concessões do setor à iniciativa privada.

Atualmente, a celeridade da discussão sobre a estruturação em MG está parada na Assembleia Legislativa, cenário que pode se repetir em outros estados caso não haja uma ampla discussão acerca do tema entre atores públicos.

Os players se mostram otimistas com o avanço da agenda, e ressaltam a importância de empresas privadas participarem do processo, tanto na etapa de diálogo, estabelecendo premissas que tornem os projetos mais viáveis e levando experiência e expertise ao setor público, quanto na própria execução, já que a limitação orçamentária do poder público pode representar um obstáculo a mais na prestação direta do serviço.



Unindo forças pelo Nordeste

Esta sessão discutiu as prioridades federais para a (re)construção da região. Um dos participantes, a Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos da Casa Civil da Presidência da República (SEPPI-CC-PR) reforça o que já havia sido mencionado na sessão sobre transição energética: o potencial para produção de energias renováveis, como eólica e solar, além da necessidade de melhorias em infraestrutura social, urbana, aeroportos, entre outros.

Vale lembrar que a saída do PPI do antigo Ministério da Economia para a Casa Civil indica ainda uma busca pela estruturação do diálogo entre os ministérios, objetivando definir prioridades dos investimentos, que podem chegar a R\$ 50 bilhões nos próximos 4 anos, com projetos em todos os setores.

Dentre eles, estão: duplicação de rodovias, com 2.400 km divididos em 5 lotes; integração entre Nordeste e Sudeste, por meio das ferrovias Transnordestina e Centro-Atlântica; investimentos nos Portos de Salvador, Aratu e Ilhéus, na Bahia.

Outra novidade apresentada durante o debate é a possibilidade de Concessões e PPPs para a gestão de Parques Nacionais, onde se trabalharia na estruturação de modelos e na manutenção da prioridade das atividades do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO), com a concessão para exploração econômica de 20-25% das atividades que hoje são realizadas pelo órgão.



A região referência na geração de energia

O Nordeste gera mais energia do que consome. Na Bahia, por exemplo, a carga de energia demandada é de 5 GW, enquanto a base instalada é de 17 GW, com grande predominância de uma matriz elétrica renovável e sustentável.

O desafio, neste contexto, é planejar a transmissão de forma a garantir que o Sistema Interligado Nacional esteja abastecido de forma segura. As fontes renováveis, como os parques eólico e solar, ganharam imensa relevância nos últimos anos, condição que viabilizou – ou ajudou a dar impulso – ao mercado livre de contratação de energia, desvinculado do chamado mercado cativo – este abastecido pelas distribuidoras.

Bahia e Ceará já trabalham com a perspectiva de possuírem em pouco tempo a geração do chamado hidrogênio verde, cuja base elétrica para o processo de eletrólise deve ser sustentada por fonte eólica e solar. Isso indica um protagonismo do Nordeste na oferta de energia para o país.

As atenções também estão colocadas sobre a geração eólica offshore, que abre uma perspectiva muito relevante para o abastecimento das grandes cidades litorâneas no território nordestino, o que indiretamente também contribui para ampliar a oferta de energia disponível dentro do Sistema Interligado Nacional para outras regiões do país.



PPPs em saúde: a eficiência que reduz gastos



As Parcerias Público-Privadas podem ter um papel relevante para melhorar o setor de saúde no Brasil. Apesar de casos de sucesso, esse modelo ainda é pouco explorado, e uma das perguntas mais comuns durante o debate foi: “O que falta para isso decolar?”.

Para o BNDES, a questão depende de uma melhor estruturação dos projetos, e o fomento de uma área dedicada a essa finalidade dentro do banco demonstra a relevância que o tema tem para o desenvolvimento nacional e a preocupação do órgão em suprir determinadas lacunas.

Essa estruturação deve se adequar à realidade encontrada nos atendimentos diários, evitando uma desconexão entre o que é exigido nos editais e o que de fato acontece no dia a dia de um hospital ou de uma clínica de atenção primária. Segundo os líderes do setor, a prioridade deve estar na saúde primária e no diagnóstico.

É fundamental esclarecer que o modelo pode ser econômico quando analisado em um contexto mais amplo, em razão da eficiência no início do tratamento que, como consequência, diminuiria o tempo de espera e de internação, reduzindo custos operacionais.

Em termos de compreensão do modelo, os participantes alertaram para a necessidade de esclarecer para diversos setores da sociedade e da própria Administração Pública que as PPPs não significam privatização da saúde. A presença de uma carga ideológica sobre o tema desafia a formação de parcerias entre os setores público e privado nesta área.



Concessão de rodovias em processo de ampliação

Com um processo muito mais avançado nas regiões Centro-Sul do país, a concessão de rodovias é um tema que precisa caminhar mais rapidamente na região Nordeste. Em âmbito nacional, foram 30 anos para alcançar 26 mil quilômetros de rodovias concedidas; agora, levará apenas mais cinco anos para duplicar esse número. Os dados são da Associação Brasileira das Concessionárias de Rodovias (ABCR).

Para isso, haverá um fluxo de investimentos de bilhões de reais, o que vai demandar muito dos modelos de concessão e PPP e exigir um contingente ainda maior de recursos humanos para estruturar, organizar leilões e administrar tamanha infraestrutura.

Companhias estrangeiras começam a chegar ao mercado nordestino. O projeto da ponte Salvador-Ilha de Itaparica, na Bahia, tem acordo entre um grupo chinês e o governo. Para casos como este serem ainda mais frequentes e o avanço das concessões se concretizar nos próximos cinco anos, é necessário solucionar quatro desafios:

1. Avaliação de ofertas de modo a evitar que os projetos importantes enfrentem uma competição ao serem lançados ao mesmo tempo;
2. Cumprimento do prazo de resposta por parte dos reguladores e do poder público em relação às demandas necessárias para a garantia do equilíbrio do contrato - este tópico tem sido negligenciado por alguns reguladores, principalmente nos Estados;
3. Busca pela razoabilidade dos projetos para garantir um melhor equilíbrio da concessão ou PPP, passando por importantes reflexões como a execução (ou não) da duplicação de todas as rodovias concedidas, por exemplo;
4. Consolidação da segurança jurídica no país para evitar ataques deliberados do poder público, como no caso da Linha Amarela, no Rio de Janeiro, sob o risco de inviabilizar uma agenda de projetos em várias regiões do país.

Salvador: o destaque da região em sistema metroferroviário

Destaque da mobilidade urbana da região, o Metrô da Bahia tem 33 quilômetros de extensão, 20 estações e sete terminais de ônibus, que abastecem o sistema e dão uma mobilidade invejável à população soteropolitana e da Região Metropolitana da capital baiana. Um terceiro tramo do metrô está em construção e em breve ampliará os benefícios sociais da região.

Parte desse sucesso, ou boa parte dele, ocorreu a partir de um arranjo institucional que reuniu em uma mesma mesa diversos representantes do poder público (governos Federal, Estadual e Municipal), empresa privada e o financiador, o BNDES. Essa estrutura permitiu que o sistema de ônibus da capital fosse reorientado para abastecer o sistema tronco (o metrô).

A curiosidade é que a tarifa de ônibus é mais cara do que a de metrô, projeto que demandou bilhões de reais em investimentos. Hoje, a tarifa do metrô é de R\$ 4,10, enquanto a de ônibus é de R\$ 4,90 – resultado de uma modelagem ainda antiga dos contratos.

Se há desafios em outros sistemas de metrô pelo Nordeste (administrados ainda por entes federais como a CBTU e a Transurb), o modelo trilhado pela Bahia pode ser um excepcional exemplo sobre como viabilizar de forma eficiente e inteligente um sistema metroferroviário que de fato atenda às demandas da população.



Mercado de gás precisa diversificar agentes e melhorar legislação

O mercado de gás apresenta um potencial de crescimento exponencial nos próximos anos, em especial pelo fato de que o gás natural pode ser encarado como o combustível intermediário no processo de transição entre o petróleo e as fontes renováveis de produção de energia, como a energia solar e a eólica. Neste contexto, após a implementação da Nova Lei do Gás, é possível que até 2030 esse crescimento fique entre 40-50%.

Um próximo passo precisa ser dado em relação à diversificação de agentes, pois este potencializa toda a cadeia - desde a produção até o fornecimento - e dinamiza o mercado, que, em última análise, contribui para uma maior competitividade do gás brasileiro e de um melhor preço para o consumidor final. É essencial, portanto, que haja diversificação de investimentos em novas infraestruturas de distribuição e transporte deste gás.

Já para a produção chegar aos estados nordestinos, é importante a participação dos Estados no desenvolvimento de legislações que potencializam a dinâmica trazida pela Nova Lei do Gás. Essa expectativa de expansão do mercado beneficia a população em termos de empregos e incremento da renda.



Conclusão

O Nordeste é a região com maior número de estados no Brasil, além de possuir a terceira maior extensão territorial. Essas informações são cruciais no entendimento da relevância do território no desenvolvimento econômico do país. Entretanto, a região precisa primeiro fazer a lição de casa.

Totalizando nove unidades federativas, somente um estado atualmente se destaca em relação à infraestrutura na região. A Bahia foi referência nas discussões sobre concessões rodoviárias, a partir do projeto da ponte Salvador-Ilha de Itaparica, pelo seu sistema de metrô, na geração do hidrogênio verde - este junto ao Ceará - e na implementação de parque solar, no Aeroporto de Salvador.

Essa desproporcionalidade em relação aos outros estados alerta para os desafios no fomento do desenvolvimento regional. Afinal, como diversificar os ativos para toda a região e extrair o melhor para a população, que, por sua vez, espera mais eficiência na alocação dos recursos públicos e na prestação de um serviço de mais qualidade? Este é um desafio que os mais de 100 participantes presentes buscaram responder.

Por fim, o evento deixou claro que as características naturais da região beneficiam o Nordeste para o destaque de certos ativos a nível nacional. O exemplo mais claro é o setor de energia renovável, do qual é referência em todo o país. A região gera mais energia do que consome e tem potencial para alavancar a produção de energia sustentável no Brasil.



Fundado em 1998, em Londres, o GRI Club reúne atualmente mais de 10 mil executivos seniores espalhados em 100 países, com atuação nos mercados imobiliário e de infraestrutura.

O modelo inovador de discussões do GRI Club permite a livre participação de todos os executivos, fomentando a troca de experiências e conhecimento, o networking e a geração de negócios.


Membros do clube também têm à disposição uma plataforma exclusiva para ver mais informações sobre os executivos e as respectivas empresas, marcar reuniões e acessar de modo irrestrito todos os nossos conteúdos.


Contato



Moisés Cona

Partner, Infrastructure
moises.cona@griclub.org
+55 (11) 96695-6107

 @griclub.infra

 GRI Club Infrastructure

 griclub.org